

Um dia a Casa cai

A legislatura federal que está prestes a se encerrar já pode ser considerada uma das mais *devedoras* da história do Legislativo brasileiro. Com efeito, os senhores congressistas em fim de mandato devem ao País mais de 40 leis complementares à Constituição, mais de 200 leis ordinárias e mais de três mil anteprojetos que permanecem nas gavetas das comissões permanentes, sem nenhuma possibilidade de entrar em pauta de votação. Devem também a sistemática falta de quórum.

Não bastasse estar devendo tudo isso, os deputados federais ainda devem contas de água, luz, telefone e limpeza atrasadas... Por isso, a administração da Câmara poderá entrar em colapso a partir deste mês se o Congresso não interromper o seu recesso branco para aprovar o projeto de revisão orçamentária. Confirma o diretor-geral da Casa que desde julho não paga essas contas e agora deixará de honrar compromissos com fornecedores.

Dessa maneira os representantes do povo correm o risco de chegar a seu local de trabalho, a sede de um dos três Poderes de Estado da República Federativa do Brasil, e encontrá-lo *nas trevas, sem água, com os telefones cortados e o lixo acumulado pelos salões e gabinetes* — é verdade que nem tanto, em virtude do pouco uso devido ao recesso branco.

Como os deputados estão nos Estados fazendo campanha para a reeleição, é de todo improvável que se reúnam para aprovar o projeto de revisão orçamentária que determina suplementação de recursos para as Casas Legislativas. Mas então quer dizer que faltam recursos até para pagar os salários dos parlamentares e dos funcionários? Seria ingênua a indagação. Nada disso. Pode faltar dinheiro para tudo o mais, mas a remuneração dos parlamentares e dos funcionários está bem assegurada, uma vez que entrou na primeira parte da revisão orçamentária, votada no mês de

julho. *Mateus, primeiro os meus!*

A liberação de Cr\$ 530 milhões, destinados às despesas de manutenção da Câmara, era para ter sido feita durante o último esforço concentrado. O Senado, os ministérios e os tribunais superiores estão em situação equivalente. Um dos fornecedores do Itamaraty revelou que está sem receber há seis meses. E é o mesmo diretor-geral quem afirma que será o caos não só na Câmara, mas em toda a administração federal, se a revisão orçamentária não for votada logo.

Muitos podem argumentar que os membros do Congresso têm absoluta necessidade de permanecer a maior parte do tempo em suas regiões, próximos de suas bases eleitorais, sob pena de não ter oportunidade de reeleger-se numa disputa extremamente competitiva. Isso não passa, porém, de meia verdade.

Lembremo-nos de que já durante os trabalhos constituintes o Congresso que aí está des-

respeitava todos os prazos, tinha grandes dificuldades em conseguir quórum para deliberação — e a maioria das vezes não se tratava de obstrução, mas de absenteísmo mesmo. A simples expressão "*esforço concentrado*" tem sido utilizada para traduzir tentativa de remediar um vício crônico. Na verdade, o excesso de ausência dos parlamentares na sede do Poder onde representam os que lhes outorgaram mandato não se deve unicamente a motivos político-eleitorais ou de campanha. Não é concebível que a principal atividade de quem possua mandato parlamentar seja tentar conquistar um próximo mandato ou outro cargo público.

Há que se considerar, finalmente, que fica muito mal um Poder de Estado deixar que sua sede entre em colapso por falta de pagamento. Afinal de contas, como confiar que os deputados deliberem sobre os destinos do Brasil se não pagam as contas de água, luz, telefone e limpeza de sua própria Casa?